

Técnicas e Comunicação como Formas Sociais: Pistas sobre a contribuição sociológica de Georg Simmel no pensamento comunicacional de Dominique Wolton

*Sandra Portella Montardo*¹

RESUMO

O presente trabalho pretende indicar a influência da obra do sociólogo Georg Simmel no pensamento comunicacional de Dominique Wolton, através da identificação do conceito de comunicação de Wolton com o conceito de formas sociais de Simmel.

Palavras-chave: Georg Simmel - Dominique Wolton - Comunicação - Cibercultura.

ABSTRACT

This work intends to point out the influence of the work of sociologist Georg Simmel on the communicational thought of Dominique Wolton. For this purpose, the author makes an identification of Wolton's concept of communication with Simmel's concept of social forms.

Key words: Georg Simmel - Dominique Wolton - Communication - Cyberculture.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende indicar a pertinência do pensamento sobre a modernidade, comparando dois momentos diferentes dessa época, através do pensamento dos sociólogos Georg Simmel e Dominique Wolton. Simmel, no alvorecer do século XX, denomina a modernidade como interiorização da vida e, com isso, formula o conceito de formas sociais para pensá-la. Dessa forma, formula uma crítica da cultura que culmina com a elaboração teórica do conflito entre cultura objetiva e cultura subjetiva, identificando a tendência de predomínio da primeira sobre a segunda.

Wolton convive, no decorrer século XX, com o aumento progressivo, em quantidade e em sofisticação, das tecnologias da informação e da comunicação, atribuindo às mesmas a alteração dos valores modernos investidos na democracia, bem como a centralidade da questão da identidade na sociedade do fim do século XX. Wolton, com isso, entende a comunicação como uma dupla hélice entre as dimensões normativa e funcional na sociedade. Frente a isso, a intenção é verificar em que termos o pensamento comunicacional, segundo Wolton, pode se relacionar com o cenário objetivante, previsto por Simmel na modernidade.

Para que se indique tal correspondência,

¹ Doutoranda PPGCOM/PUCRS. Professora do Curso de Comunicação Social/Feevale.

deve-se antes notar que tanto um quanto o outro são pensadores do mundo da vida. Nesses termos, Simmel e Wolton, ainda que em grau e em registros diferentes, são observadores, comentaristas e críticos do cotidiano. O primeiro passo é, então, examinar as idéias de Simmel, para que em seguida se faça o mesmo com a obra de Wolton.

MODERNIDADE E FORMAS SOCIAIS

Segundo Frisby (1992), na tentativa de elaboração da sociologia como ciência da época presente, descartando análises históricas sistemáticas dos fenômenos analisados, Simmel acaba por formular um projeto sociológico não-ortodoxo: a sociologia formal, que visava a identificar as formas sociais de interação, com o que esse autor designa para a sociologia uma atribuição investigativa original.

Ao ver que a sociedade, principalmente a partir do século XIX, assistiu à “preponderância que o aspecto técnico da vida adquiriu com relação ao seu aspecto interior, a respeito de seus valores pessoais” (Simmel apud FRISBY, 1992, p.87), foi preciso criar um novo modo de abordá-la. O contexto era o de um rápido desenvolvimento econômico, após a unificação da Alemanha, no qual, segundo Simmel, o interesse de produtores e consumidores era o de dominar a técnica, esquecendo-se que esta era apenas um meio para um fim. Frisby comenta a percepção que Simmel tinha de sua época, nestes termos:

Assim, pois, a modernidade é um modo particular de experiência vivida dentro da sociedade moderna, que compreende não só nossas reações interiores frente a ela, mas também sua incorporação a nossa vida interior. O mundo exterior passa a ser parte de nosso mundo interior. Por sua vez, o elemento essencial do mundo exterior fica reduzido a um fluxo incessante e todos seus fugazes, fragmentários e contraditórios momentos ficam incorporados à nossa vida interior. (FRISBY, 1992, p.94)

Dessa forma, Simmel (1977-b) problematiza a sociologia mediante uma sociedade em que se notava o crescimento em importância do papel das massas frente ao indivíduo na sociedade de massas, engendrando o movimento entre interior (alma, subjetividade) e exterior (matéria, objetividade). Quanto a esse aspecto,

o autor complementa: “Assim, as exigências que sugerem formular a ciência da sociologia não são senão o prolongamento e o reflexo teórico do poder prático que alcançaram, no século XIX, as massas frente ao interesse dos indivíduos” (SIMMEL, 1977-b, p.11).

Para Simmel (1977-b), a sociologia, sob essas alegações, representaria para os outros domínios do saber um novo caminho, um novo método que poderia ser aplicado à totalidade dos problemas. O que, por sua vez, sinalizaria um novo conceito de sociedade. Quanto a essa questão, Simmel sintetiza:

Se pois há de existir uma sociologia como ciência particular, será necessário que o conceito de *sociedade* como tal, além do agrupamento exterior desses fenômenos, submeta os fatos sociais históricos a uma nova abstração e ordenamento, de maneira que se reconheçam como conexas e formando, por conseguinte, parte de uma ciência, certas notas que até então haviam sido observadas em outras e várias relações. (SIMMEL, 1977-b, p.15)

Para que chegasse a esse novo ordenamento, o primeiro passo seria analisar o conceito de sociedade a partir da distinção entre sua forma e conteúdo. Ao invés de compreender forma e conteúdo em termos de oposição, o autor observa uma dinâmica entre essas duas dimensões. Assim, no que tange os fenômenos sociais, forma e conteúdo fazem parte de uma mesma unidade. Nas palavras do autor:

Tais são justamente os elementos (inseparáveis na realidade) de todo o ser e acontecer sociais: um fim, um motivo e uma forma ou maneira de ação recíproca entre os indivíduos, através do qual ou em cuja figura alcança, aquele conteúdo, realidade social. (SIMMEL, 1977-b, p.17)

Dessa forma, a figura da socialização começa a se destacar, tornando possível esse conceito de sociedade. Por outras palavras, a unidade que possibilita a sociedade ser apreendida em conceito provém da interação social, por meio de movimentos que fazem com que os indivíduos sejam levados a conviverem entre si, numa ação conjunta de influências.

No entanto, essas inclinações, instintos ou motivações, que mobilizam os indivíduos para o contato em sociedade não são, segundo o autor (1977-b), algo social. Ou seja, a fome, o trabalho, o amor, a religiosidade, a técnica, funções ou obras da inteligência, isoladamente,

não constituem fatores sociais por si só, ainda que a socialização aconteça mediante esses impulsionadores na realização dos interesses. Quanto à maneira de apreender tais formas e conteúdos sociais, Simmel enfatiza:

Separar pela abstração esses dois elementos unidos inseparavelmente na realidade; sistematizar e submeter a um ponto-de-vista metódico, unitário, as formas de ação recíproca ou socialização, mentalmente divididas, parece-me a única possibilidade de fundar uma ciência especial da sociedade (SIMMEL, 1977-b, p.17).

Ao levar em conta essa concepção de sociologia, o critério para o tratamento de fenômenos sociais é a mesma forma de socialização apresentar conteúdos distintos para fins diferentes. E, por outro lado, que interesses diversos se realizem pelas mesmas formas de socialização. Com isso, Simmel (1977-b) acredita que se poderia chegar a uma unidade da vida social, que permitiria a legitimação do problema sociológico.

Simmel (1977-b) tem a consciência de que a totalidade da realidade sociológica sempre escapa, de alguma maneira, ao pensamento que pretende apreendê-la. Em vista disso, esse autor (1977-b) lança mão de um procedimento intuitivo, em termos de exigência metodológica. Afinal, Simmel não deixa de notar a possível esterilidade proveniente de que fatos novos continuassem a ser tratados por métodos acabados. Trata-se, então, de “uma particular disposição do olhar graças ao qual se realiza a divisão entre a forma e o conteúdo” (SIMMEL, 1977-b, p.26).

Em seguida, o autor (1977-b) propõe que a sociologia tendia a estudar fenômenos sociais que tivessem cristalizado a energia recíproca entre os indivíduos. Nesses termos, instituições como o Estado, a família, organizações econômicas e militares, sindicatos, entre outras, caracterizavam a sociedade como objeto tradicional de estudo sociológico. Ainda que Simmel reconhecesse a importância dessas organizações para o entendimento da sociedade, dever-se-ia prestar atenção na continuidade entre estas e o conjunto social, por meio das formas sociais.

Ao se perguntar “como é possível a sociedade”, Simmel (1977-b) arrisca que essa se

realiza no indivíduo por meio de processos. “A sociedade constitui um labirinto social dentro do qual os indivíduos e os grupos se cruzam” (FRISBY, 1992, p.108). Afinal, ao constatar que o indivíduo é fragmento não só do homem de maneira geral, mas também de si mesmo, de modo particular, o autor (1977-b) considera que é o olhar do outro, no corpo social, que vem a complementar essas fissuras. Com certeza, esse olhar é sempre fator de deformação da realidade, porque atravessado pelos elementos não-sociais que motivam a socialização. Por fim, Simmel sintetiza os aspectos principais de seu projeto sociológico, nas seguintes palavras:

O problema sociológico se propõe tão só a abstrair o que no fenômeno complexo que chamamos vida social é realmente sociedade, quer dizer, socialização. A sociologia toma esse conceito em sua máxima pureza, afastando dele tudo aquilo que, ainda que só na sociedade pode obter realização histórica, não constitui, porém a sociedade como tal, como forma de existência única e autônoma (SIMMEL, 1977-b, p. 56).

O DINHEIRO COMO FORMA SOCIAL E TRAÇOS DA CULTURA OBJETIVA

Conforme Simmel (1977-a), habitualmente se chama de subjetividade a essa característica do valor que é decorrente do contraste com a realidade. Na medida em que o valor pode ser equivalente aos mais diversos objetos, é no sujeito que reside sua fonte, sendo, então, variável conforme o humor, e suas reações ordinárias ou excepcionais. O autor (1977-a) ainda acrescenta que a subjetividade imposta ao valor opõe esse aos objetos dados, independentemente do modo como foram constituídos.

O pensador (1977-a) observa que, tanto com uma aceção empírica quanto transcendental, o valor nunca vai ser uma qualidade das coisas. Valor sempre tem a ver com um julgamento do sujeito com relação ao que quer que seja, embora a compreensão dessa relação nunca possa ser atingida plenamente. É provável que isso se deva ao fato de que a subjetividade esteja sempre além do sujeito. Nesse sentido, Simmel (1977-a) faz notar que o valor de um objeto não é objetivo como o são suas cores e seu peso, por exemplo, devido às distorções provenientes de julgamento.

Quanto a essa questão, o autor (1977-a) afirma que as coisas determinam o valor entre elas. Isso ocorre na medida em que são trocadas uma pelas outras, com a realização prática de seu valor. Desse modo, a relativa autonomia dos valores com relação ao circuito econômico faz com que os indivíduos desejem algo apenas se for em troca de outra coisa. Por outras palavras, o autor enfatiza que “a quantidade de valor de um objeto corresponde a uma quantidade precisa de valor de outro objeto” (SIMMEL, 1977-a, p. 49).

Essa compensação recíproca destitui os objetos de sua significação afetiva, sendo que a determinação do valor, pela sua relatividade, objetiva-os. A especificidade da economia como forma de relações e de comportamentos não está no fato de que valores sejam trocados, mas sim que haja troca de valores em si. Assim, os valores de um objeto passam a ser abstraídos em função da igualdade de valores com relação a outros.

Pode-se perceber que a validade do valor se dá para além do indivíduo, imprimindo autonomia ao domínio econômico, ao mesmo tempo que equivale objetividade à validade para os sujeitos. É durante a troca que essa equivalência pode ser apreendida. Nesses termos, “a troca pressupõe uma medida objetiva das avaliações subjetivas, mas que não lhe é anterior, consistindo em um único e mesmo ato” (SIMMEL, 1977-a, p.52). O autor relaciona a troca com a interação social humana da seguinte maneira:

Seguramente, interação e troca representam a mesma noção, no sentido mais largo e no sentido mais estreito do termo. Mas nas relações humanas, a primeira aparece de maneira preponderante, sob formas que permitem considerá-la como troca. Tanto que nosso destino natural faz de cada dia um contínuo de ganhos e perdas, de fluxo e de refluxo dos conteúdos vividos, e ele se espiritualiza na troca, quando conscientemente, uma coisa é substituída por uma outra (SIMMEL, 1977-a, p.53).

O autor mostra a relação entre a utilidade de um objeto e o desejo do sujeito em adquiri-lo, com o que evidencia a questão da interiorização da vida moderna pelos indivíduos. Afinal, o desejo desses por um objeto passa a ser medido em comparação com o desejo suscitado por outros objetos. Desejo e valor

econômico passam a fazer parte de um mesmo movimento na modernidade. O autor, assim, complementa que “a troca já está aí, já existe um desenrolar-se de um processo objetivo entre valores, mas ele se complementa nas condições subjetivas, segundo um modo e *quanta* que depende exclusivamente da relação das qualidades pessoais” (SIMMEL, 1977-a, p.79).

Com isso, Simmel (1977-a) estende a questão da troca à constituição das normas sociais, na medida em que a relaciona com mecanismos de regulamentação interindividuais. Isto posto, a objetividade como fruto da subjetividade passa a ser inerente ao processo de troca que incide sobre a sociedade.

Se o valor econômico dos objetos consiste nas relações de troca estabelecidas entre eles, o dinheiro é expressão dessa relação levada à autonomia. O sentido de “fortuna abstrata”, nesses termos, faz referência à questão através da qual o dinheiro se diferencia dos outros objetos, pois ele passa a ser tomado como uma existência ideal, ligada a um símbolo visível, sendo a realização separada do que os objetos têm em comum: um valor. No entanto, enquanto o valor das coisas deveria estar ligado ao seu conteúdo, o dinheiro tem valor porque vale. Por outras palavras:

Visto sob um outro ângulo: o duplo papel do dinheiro vem de que ele mede as relações de valor entre as mercadorias a trocar, introduzindo a si mesmo na troca com elas, se bem que ele representa, por sua vez, uma grandeza de medir; e na ocorrência ele se mede, por um lado, com esses bens que formam sua contrapartida, e, por outro, com o dinheiro mesmo;[...] O dinheiro faz, então, parte dessas representações normativas que se submetem às suas próprias normas (SIMMEL, 1977-a, p.113).

Dessa forma, não só o dinheiro é funcional, já que pode ser trocado por quantidades diferentes de qualquer coisa, mas constitui a funcionalidade de todas as coisas que têm valor, podendo ser trocado ele mesmo. Por ser funcional, desprovido de qualidade e útil, o dinheiro é constante nas trocas que possibilita.

Essa faculdade do dinheiro, ligada à relação entre as coisas, estabelece a continuidade da série econômica, através dos atos de produção e de consumo. Nesses termos, o dinheiro resiste a toda relação subjetiva, uma vez que

nele se objetiva a circulação econômica, para além do sujeito. Concluindo, o autor afirma: “A distância que separou o subjetivo e o objetivo, ligados a sua unidade primitiva, toma, por assim dizer, corpo no dinheiro” (SIMMEL, 1977-a, p.122).

A significação funcional do dinheiro toma tamanha importância, a ponto de chegar a recobrir sua significação substancial. Com isso, nota-se uma certa independência da essência do dinheiro com o seu substrato material. Por se tratar de um fenômeno sociológico, a forma mais pura de sua natureza se faz notar em consonância com a estreiteza dos laços sociais considerados. Por outras palavras, o autor nomeia como a civilização da circulação a sociedade moderna, na medida em que pode afirmar:

Que uma matéria tão fina, tão facilmente destrutível quanto o papel se torne o suporte do mais alto valor monetário, só é possível em uma esfera cultural solidamente e estreitamente organizada, garantindo uma proteção recíproca: assim são excluídas por esse papel todas as espécies de perigos elementares - tanto exteriores quanto, por exemplo, psicológicos. (SIMMEL, 1977-a, p.187)

O condicionamento de hábitos pelo direito e pela moral é um exemplo de como as funções sociais podem se tornar substância. Tanto essa como aquela são organizações sociais criadas a partir de necessidades dos indivíduos que passaram a assumir uma função normativa, extrapolando, assim, sua representação inicial. Da mesma forma, devido a sua função de troca, de interação interindividual, o dinheiro se cristalizou em uma forma autônoma. Embora pareça o contrário, em um primeiro momento, a troca não produz a socialização, mas

é antes uma socialização, uma dessas relações cuja presença transforma uma soma de indivíduos em um grupo social, por que ‘sociedade’ é idêntica a soma dessas relações (SIMMEL, 1977-a, p.192).

De acordo com a aceleração da circulação monetária, que acaba por operar o divórcio entre função e substância do dinheiro, tem-se o caso de que esse condense o valor econômico dos objetos. No entanto, conservar e transportar valor têm menos a ver com seu substrato material do que com sua função.

Associa-se a essa questão o que o autor (1977-a) identifica como a tendência da civiliza-

ção moderna a concentrar a maior quantidade possível de energia em pequenos espaços, sobrepondo as resistências passivas e ativas a nossos objetivos. Quanto a isso, Simmel (1977-a) exemplifica que máquinas concentram energia, dirigindo-a conforme os desejos dos indivíduos, acelerando sua velocidade e fazendo com que o operário seja obrigado a investir sua energia nas atividades de trabalho, com o fim de obter o mesmo resultado. Sobre esse aspecto, o autor percebe que:

é precisamente a razão pela qual o progresso do maquinismo e redução do tempo de trabalho podem e devem frequentemente andar de mãos dadas: porque o melhoramento da máquina dispõe tanto as forças humanas quanto as forças naturais sob uma forma mais compacta e quase sem falha, a serviço de nossos objetivos (SIMMEL, 1977-a, p.223).

É interessante perceber como o autor (1977-a) relaciona esse poder de concentração de valores por parte do dinheiro com uma possível espiritualização do mesmo. Seu argumento é de que seja papel do espírito multiplicar as formas na unidade, sendo que sua imbricação só se dê no espírito. O dinheiro como abstração da interação entre trocas e valores torna-se, então, uma reunião que só acontece no espírito.

Nesses termos, o dinheiro proporciona um número crescente de efeitos que ultrapassam as relações econômicas propriamente ditas, como troca efetiva de objetos. Trata-se, assim, do medo, da esperança, do desejo e da preocupação que o mesmo suscita. Em outras palavras, até mesmo a idéia de dinheiro, assim como sua ausência, produz socialização.

Ao lembrar que um todo social harmônico se condiciona à indiferença crescente de suas partes constituintes, o pensador (1977-a) situa a civilização objetiva e toda sua variedade de conteúdos em relação à divisão do trabalho e à conseqüente atrofia a que são submetidos seus indivíduos. Da mesma forma, a significância do dinheiro na sociedade moderna deve-se precisamente ao fato de que ele não seja tão abundante quanto em épocas anteriores. Simmel sintetiza essa questão:

O refinamento do sentimento de valor desfaz essa imbricação original e permite à forma ou à função de se transformarem para nós em valor autônomo. Seguramente esse

valor do dinheiro deve também possuir um suporte, mas o que é decisivo é que o suporte não é mais a fonte desse valor, é que ele é tornado, ao contrário, secundário, e se sua natureza e seu ser em si importam ainda pouco, isso não é mais que por razões técnicas exteriores ao sentimento de valor (SIMMEL, 1977-a, 233).

Para verificar a incidência da ação finalizada como interação consciente entre sujeito e objeto, Simmel (1977-a) observa as noções entre querer pulsional e querer finalizado. Da mesma maneira que o querer pulsional só pode obedecer a uma determinação causal, se esta for proveniente do movimento subjetivo, já que se esgota em si mesmo, o querer finalizado reside na reciprocidade existente entre sujeito e objeto.

O fato de que o homem seja um ser natural estabelece sua relação com o ambiente natural em total coordenação com ele. Com a ação finalizada, o homem começa a se diferenciar não só dos outros seres, mas também das coisas que lhe são exteriores. Passa-se a agir em função de um resultado esperado, o que vai implicar, também, uma intenção objetiva na sua origem. Sobre isso o autor complementa:

A ação finalizada tem por sentido implicar conscientemente nossas energias subjetivas em uma existência objetiva, e essa implicação se traduz por uma dupla extensão da realidade até o interior do sujeito: primeiro pela antecipação do conteúdo desta sob a forma de intenção subjetiva, em seguida pelo efeito em retorno de sua realização sob a forma de um sentimento subjetivo. (SIMMEL, 1977-a: p. 238)

Trata-se, em seguida, do fim não se distinguir mais dos meios, ainda que sempre tivesse havido relação entre eles. O que se altera são as conseqüências da ação finalizada pressuposta entre fim e meio. Se eram, em um primeiro momento, as energias à nossa disposição que davam a idéia dos fins aos quais podiam servir, com o advento da ferramenta ocorre uma inversão. Enquanto o meio, na sua versão mais simples, esgota-se na realização do fim, perdendo seu interesse instrumental, uma ferramenta terá mais importância quanto mais ela persistir além de sua aplicação, bem como quanto maior for o número de serviços que possam ser prestados por ela.

Frente a isso, Simmel (1977-a) não deixa de notar que o dinheiro é a ferramenta

que pode comportar o máximo de valor nesse sentido. A possibilidade de seu uso ilimitado, devido à falta de conteúdo próprio, permite-lhe ser convertido em valor do que quer que seja, a ponto, por causa disso, de se tornar o centro entre as coisas mais opostas, mais distanciadas entre si.

Simmel (1977-a) identifica na objetividade das relações interindividuais uma relação estreita e causal com a economia monetária, contrastando com a natureza afetiva, mais impulsiva e aberta, das épocas anteriores. Ao falar da vida mental na metrópole, Simmel (1971) a situa como a sede da economia monetária, com a multiplicidade e concentração das trocas econômicas favorecendo os meios. A atitude *blasé* do homem urbano, decorrente dessa situação, revelaria uma alteração da subjetividade, em que haveria a substituição da individualidade genuína pela indiferença. Essa incapacidade do homem urbano reagir a toda mudança, depois de algum tempo, seria uma das manifestações do poder nivelador do dinheiro. Esse reduz todas as qualidades em quantidades, convertendo-se em denominador comum de todos os valores. Sobre esse tema, o autor observa:

As funções espirituais (que permitem à época moderna de compor com o mundo e de regular suas relações íntimas individuais e sociais, com ela) podem em grande parte se qualificar de calculadoras. Seu ideal cognitivo é de conceber o mundo como um grande exemplo de cálculo, de compreender os processos e as qualidades das coisas num sistema de números[...]. (SIMMEL, 1977-a, p. 566)

Com isso, a economia monetária cada vez mais reduz valores qualitativos a valores quantitativos, introduzindo nos conteúdos da vida medidas, determinações e cálculos em todos os seus domínios. Assim, é o desenvolvimento do dinheiro que introduz na vida o ideal da expressão numerada, em que o rigor e a precisão passam a ser sinônimo de qualidade.

Tendo-se em vista o estilo de vida moderno, segundo esse autor (1977-a), o próximo passo é verificar o choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva na vida moderna. Exemplo disso é o fato de que enquanto as ferramentas, os meios de circulação, os produtos da ciência e da arte são indiscutivelmente cultivados, a cultura dos indivíduos das classes superiores

não só não alcançou esse desenvolvimento, como também regrediu. O autor ainda comenta que as máquinas são mais inteligentes que os operários, além de explicar a situação do seguinte modo:

De uma certa maneira, a preponderância que a cultura objetiva tomou sobre a cultura subjetiva no século XIX se resumirá assim: o ideal educativo do século XVIII visava a uma formação do homem, portanto valor pessoal e interior, mas ele foi substituído no século XIX por uma ‘formação’ entendida como uma soma de conhecimentos e de comportamentos objetivos. Essa discrepância parece se acentuar constantemente a cada dia e de todos os lados cresce o esforço da cultura concreta, mas os espíritos individuais só podem alargar as formas e os conteúdos de sua formação que ficaram bem atrás, a uma velocidade pouco acelerável. (SIMMEL, 1977-a, p. 574)

Vale ressaltar que Simmel (1990) entende a cultura como um processo que se estabelece entre as criações objetivas da espécie e a vida interior do indivíduo. A busca pelo espírito subjetivo desse aperfeiçoamento, que é o cultivar-se, passa necessariamente por essas criações objetivas que lhe são exteriores, como a ciência, a arte, o Estado, os conhecimentos do mundo, etc. “É por isso que cada comportamento destinado a nos cultivar está ligado à forma de fim e de meio” (SIMMEL, 1990, p.271).

Com isso, a crise da cultura estaria ligada ao fato de que os meios têm sido considerados fins supremos, atestando para um predomínio técnico no sentido da vida, em termos de que se chega a identificá-la com o estado definitivo e satisfatório de nossa vontade. O problema aqui identificado pelo autor é de que cada vez mais essas figuras objetivas que compõem o quadro de uma época desenvolvida culturalmente, passíveis de serem interiorizadas pelo indivíduo que pretende atingir um estágio superior em si mesmo, passem a se autonomizar, tornando-se de difícil apreensão para este indivíduo, tanto em termos qualitativos quanto quantitativos. Assim, o homem moderno é incapaz de assimilar tais conteúdos interiormente e, ao mesmo tempo, recusá-los, já que esses fazem parte, potencialmente, da esfera da cultura.

Em consonância com esse mal-estar, o sistema de divisão do trabalho vai se imbricar a essa economia, afastando cada vez mais todo indivíduo de qualquer experiência de totalidade. Além de estar desprovido dos meios de

produção, o trabalhador passa a estar separado, também, do produto de seu próprio trabalho, por assim dizer, com essa organização objetiva do trabalho.

O consumo de produtos por parte desse trabalhador parece, para o autor (1977-a), uma ilusão de completude do processo. A divisão do trabalho contribuiria para a aparente autonomização dos objetos, os quais os consumidores são incapazes de pôr no seu ritmo. Em caráter conclusivo, o autor propõe:

Tal é, portanto, proximamente, a esfera na qual a divisão do trabalho e a especialização, no sentido pessoal, tanto quanto no factual, impulsionam o vasto processo de objetivação da cultura mais moderna. A partir de todos esses fenômenos, vai se compor o quadro geral no qual o conteúdo cultural se torna cada vez mais, fortemente e conscientemente, um espírito objetivo, em relação não somente àqueles que o recebem, mas também daqueles que o produzem. (SIMMEL, 1977-a, p. 593)

Em uma civilização em que os meios preponderam sobre os fins, tudo o que se situa fora da espiritualidade, toma importância central na alma dos indivíduos. A funcionalidade das coisas, a sofisticação das máquinas e a organização supra-individual atingem o centro da vida espiritual moderna, fazendo com que o homem, já distante de si mesmo, tenda a acompanhar esse processo objetivante, interiorizando-o, o que o leva a ampliar esse distanciamento.

Exemplo disso é que se passa a assumir caracteres maquínicos, em termos de, assim como as máquinas, trabalhar mais rápido, de maneira mais correta, não dependendo mais de seu querer ou de seu poder, mas buscando um emparelhamento com as condições objetivas nas quais ele vive. Além disso, tais procedimentos maquínicos impõem seu ritmo e seus modos não só na vida dos indivíduos como trabalhador, mas inscrevem seus códigos na quase totalidade dos fragmentos dessa civilização, confundindo-se com os mesmos.

WOLTON E A DUPLA HÉLICE DA COMUNICAÇÃO: DIMENSÃO NORMATIVA E FUNCIONAL

Dominique Wolton, sociólogo francês contemporâneo, dedicou quase a totalidade de sua atividade investigativa e editorial à questão

da técnica, da comunicação e da sociedade. Nesses quase trinta anos de pesquisas, a comunicação predomina como tema inerente às possibilidades de relação entre técnica e sociedade.

A obra de Dominique Wolton pode ser reunida em três núcleos temáticos, conforme três conjuntos de publicações. Em um deles, verifica-se o impacto da tecnologia sobre a sociedade, na medida em que mapeia novos quadros sociais em função disso, atestando o predomínio da racionalidade, via economia, em diferentes setores sociais. Outro faz referência à mudança do estatuto da informação, segundo o autor, cada vez mais identificada com a informação-dado, ao invés de representação política. Aponta-se, com isso, a segmentação das tecnologias de informação e de comunicação, a valorização dos meios de comunicação de massa e, conseqüentemente, do público, guerra e terrorismo como fenômenos sociais ligados à mídia e ao problema da identidade, bem como a comunicação como gestora das diferenças na Europa. Finalmente, a fase mais recente dos estudos de Wolton trata da comunicação como conceito central para pensar a contemporaneidade. Aqui, Wolton confere à comunicação uma dimensão normativa (partilha, troca com o outro) e outra funcional (necessidade de troca). O elo entre essas duas dimensões dar-se-ia pelas tecnologias de comunicação e de informação. Destaca-se ainda, nessa fase, a não-classificação da Internet como meio de comunicação e a idéia de que as tecnologias de comunicação e de informação servem tanto aos ideais democráticos quanto aos fundamentalistas.

Essa parte do trabalho deter-se-ia no conceito de comunicação de Dominique Wolton, que se encontra em suas obras mais recentes. É a partir desse conceito que serão evocados o conjunto de idéias do autor que possam ter relação com pensamento simmeliano quanto à objetivação da cultura.

Para Wolton, comunicação é uma dupla hélice das dimensões normativas e funcionais, conceito pela primeira vez disposto em *La dernière utopie: naissance de l'Europe démocratique* (1993). Segundo ele, “a dimensão normati-

va, que remete à divisão e à troca”, enquanto a “funcional [...] remete às necessidades de troca cada vez mais numerosas em uma sociedade complexa” (WOLTON, 1993, p.367).

Já em *Penser la communication* (1997), percebe-se uma profusão de classificações para a palavra comunicação. Seriam três os sentidos que comunicação recobriria: um antropológico (comunicação direta entre indivíduos ou coletividades), um técnico (conjunto de técnicas que fazem a mediação das trocas do sentido anterior) e um funcional (atende necessidades de uma sociedade aberta: comércio, diplomacia e nova divisão internacional do trabalho). O que esses três sentidos teriam em comum, segundo o autor, é a interatividade que proporcionariam, ainda que isso não seja garantia de intercompreensão.

Voltando às dimensões da comunicação, essa dupla hélice explicaria, em parte, a posição central que a comunicação ocupa na sociedade moderna. Primeiro porque a dimensão normativa encerraria um desdobramento do laço com o outro, em nome da tradição judaico-cristã, que consistiria na igualdade entre indivíduos. Por outro lado, essa questão se acomodaria bem em um horizonte da sociedade democrática de massas, que prevê a liberdade dos indivíduos. Já a dimensão funcional estaria relacionada com o direito à expressão condizente com a democracia de massa, que, por sua vez, viria a coincidir com as lógicas da rentabilidade e de instrumentalização solicitadas pelas sociedades complexas.

Interessante é notar que Wolton situa as técnicas de comunicação como a condição de passagem de uma dimensão para a outra. “Elas (as técnicas) misturam permanentemente as duas dimensões, explicando porque elas têm um papel teórico essencial, acentuado pelo seu lugar crescente no conjunto das situações da vida privada e pública” (WOLTON, 1997:33).

Para o autor, tudo leva à celebração de um ideal de comunicação funcional. Em outras palavras, comprimir e integrar dados, bem como diferentes atividades sociais (lazer, trabalho, educação, etc) em um só terminal estaria

em estreita relação com uma racionalidade que pressuporia uma mesma lógica para diferentes atores em diferentes estágios de comunicação. Wolton contraria essa posição, afirmando que a integração é própria do domínio técnico da comunicação e não de seus conteúdos.

Se fosse assim, os conflitos sobre a alteridade não teriam conhecido a inversão entre comunicação e identidade nos dias de hoje. Para o autor (1993), assim como o século XIX foi o da comunicação, o século XX foi o da identidade. Ao contrário do que se pensa comumente, a abertura através da comunicação entre as nações e os continentes se deu já no século XIX. O século XX foi marcado pela queda do comunismo, da base religiosa e pelos conflitos vividos no Oriente Próximo e Médio, bem como pelos regimes totalitaristas. Esses acontecimentos se desenrolaram paralelamente ao desenvolvimento dos mais sofisticados equipamentos tecnológicos.

Vale notar que talvez essas questões identitárias também possam estar, de algum modo, influenciando questões econômicas em pelo menos alguns dos atores envolvidos. Com isso, a questão da identidade não pode ser tomada à parte da questão econômica na modernidade, mesmo no que diz respeito à esfera metafísica da qual ambas questões são partidárias.

Frente a isso, pode-se dizer que Wolton sempre se referiu à comunicação como tendo suas duas dimensões mediadas pela técnica. Por exemplo, ao classificar o terrorismo como ato midiático por natureza, já que os atentados sempre acontecem em grandes centros, tendo-se em vista a cobertura jornalística do mesmo, o autor aponta para uma certa desconfiança dessa em termos de favorecimento dos grupos terroristas. Sobre isso o autor comenta:

O terrorismo abala menos a mídia do que a sociedade democrática, revelando ou fazendo surgir certos problemas estruturais ligados ao funcionamento das instituições políticas, da justiça, da polícia. As mídias transmitem e amplificam esses fenômenos, até essas crises, mas se trata, então, menos de sua responsabilidade do que a missão que é a sua. (WOLTON, 1987, p. 244)

Nesses termos, as possibilidades técnicas

de transmissão da cobertura jornalística devem estar em sintonia com a preparação dos jornalistas que as utilizam. O risco, nesse sentido, é que se caia na dicotomia “bem contra o mal”, tão comum nesse tipo de cobertura.

Da mesma maneira, a liberdade de informação e a responsabilidade das mídias com relação à identidade cultural é retomada em *War Game - L'information e la guerre* (1991), em função do acompanhamento da cobertura da Guerra do Golfo. Mais uma vez, ao refletir sobre questões que observa de perto, nesse caso, via cobertura jornalística, o autor fala da informação-espetáculo que visa a atrair a audiência, evitando perdê-la para a concorrência. Quanto a isso, o autor salienta:

forçoso é reconhecer que quanto mais a tecnologia permite à imprensa assegurar seu papel e sua independência, mais sua inserção em um jogo econômico obrigatório a faz perder a autonomia que a técnica lhe proporciona. Nesse sentido, técnica e economia vão em sentido inverso. (WOLTON, 1991, p. 210).

Nota-se aqui que o autor se contradiz. Afinal, ao constatar que a tecnologia na imprensa, ao invés de conferir autonomia a esse campo, limita-o, devido às obrigações econômicas, Wolton está afirmando que técnica e economia atuam em um mesmo sentido.

No entanto, o autor identifica uma certa resistência do público em receber essas informações-espetáculo, o que lhe suscita o questionamento de uma provável vitória da racionalidade, via desenvolvimento tecnológico e econômico. Além disso, Wolton elogia o grande público dos meios de comunicação de massa, ao não taxá-lo de manipulável conforme esses interesses, tal qual faz em *Elogio do grande público. Uma teoria crítica da televisão* (1996)².

Com isso, tanto no caso do terrorismo como no da guerra, ter-se-ia as técnicas de comunicação intermediando essa dimensão comunicacional da troca com o outro, na medida em que atende à necessidade de cobertura desses tipos de conflito nas sociedades democráticas. Dessa forma, também, a interveniência do jogo econômico nessa questão em que as técnicas são universais e não os conteúdos veiculados por elas.

Ao falar das novas tecnologias, Wolton (1997) atribui o sucesso dos novos serviços da informática às perspectivas que isso representa para a indústria. O que mais chama atenção sobre a ideologia técnica, segundo ele, é a modéstia de sua aspiração. Trata-se de ferramentas técnicas, pelas quais não se transforma nem a natureza, nem a matéria, relacionadas com um contexto de esfacelamento de ideologias políticas. Por se tratar de uma ideologia, quer-se transformar o mundo. No entanto, ao contrário de grandes ideologias religiosas, políticas e científicas, sua modesta ambição histórica, ligada ao seu caráter instrumental, é que garante seu sucesso. Sobre isso, o autor questiona:

Até que ponto as técnicas de comunicação são realmente o setor chave da economia de amanhã e desenham o modelo de uma nova sociedade? O que eu chamo, com outros, de ideologia técnica consiste justamente em estabelecer um laço direto entre os três e a reflexão crítica visa a mostrar as contradições, mas sobretudo as descontinuidades entre essas três lógicas. Não é porque as técnicas de comunicação afetam o funcionamento de nossas economias que elas dão origem a uma nova sociedade. O próprio da ideologia é estabelecer continuidades e correspondências entre fenômenos de naturezas diferentes. (WOLTON, 1997, p.238)

O autor (1997) ainda afirma que nenhuma técnica do século XIX congregou tão facilmente, como as novas tecnologias de comunicação o fazem, os artefatos, os interesses e os valores. Trata-se, ao mesmo tempo, de um projeto político, uma vez que gerencia os fantasmas da sociedade da informação, de um sistema de crenças, porque tem um viés antropológico, e de uma ideologia de ação, ligada à economia.

Torna-se pertinente resgatar o que Simmel (1977-a) pensa sobre a nova condição dos meios no começo do século XX. O autor salienta que ao invés de os meios esgotarem-se na realização de um fim, passam a ter mais valor ao se equipararem a ferramentas, que deveriam não só resistir para além de sua aplicação, mas também servirem ao maior número possível de fins.

Wolton (1997) também aborda o que considera como os efeitos perversos dessa ideologia. O primeiro deles seria a relação que se faz entre mundial, global e universal. Liga-se a globalização das possibilidades técnicas ao

funcionamento da economia globalizada, em nome de valores universais. Levar em conta a dimensão normativa da comunicação relativiza essa tendência. Outro risco é o de associar liberdade a possibilidades técnicas, quando se sabe que elas estão a serviço tanto da democracia quanto dos fundamentalismos que se voltam contra o Ocidente. O terceiro risco diz respeito a pôr sobre o mesmo plano a oferta de técnicas e a demanda dessas, como se o formidável desenvolvimento dos aparatos técnicos se desse em função do aumento das necessidades de comunicação em sua sociedade.

Mais uma vez se faz necessário retomar Simmel. Ao propor que a falta de conteúdo próprio do dinheiro permite que esse se equivaça à ferramenta, que serviria aos mais diversos e ilimitados fins, o sociólogo alemão afirma que o dinheiro pode ser convertido em qualquer valor, chegando ao ponto de aproximar às coisas mais opostas entre si. O mesmo ocorre com a técnica que, nesse caso, via comunicação, serve tanto para a democracia quanto para fundamentalismos. Além disso, também sua pretensão universalista assemelha o dinheiro à técnica.

Em *Internet et après?* (2000), o autor centra suas análises em torno de duas teses principais e interligadas. A primeira delas versa sobre a importância de que a dimensão técnica da comunicação não substitua sua dimensão humanista e social. A segunda interpreta a Internet como não sendo um meio de comunicação.

Em primeiro lugar, o autor propõe que não se deve reduzir a compreensão da comunicação de uma época à produção de tecnologias contemporâneas nessa área. Afinal, uma teoria da comunicação pressupõe uma teoria implícita ou explícita da sociedade. Para o autor, a grande diferença entre a comunicação do século XX, que é capaz de transmitir som e imagem, e a imprensa é o fato de aquela ter atingido todos os públicos. Com isso, essa comunicação atingiu todos os meios sociais e culturais.

Já na recente história da comunicação, Wolton (2000) destaca duas evoluções: a dos meios de comunicação de massa e a das novas

² Tradução brasileira pela Editora Ática. O texto original, intitulado *Eloge du grand public. Une théorie critique de la télévision*, é de 1990, pela Editora Flammarion.

tecnologias de comunicação, a multimídia. Enquanto a primeira atingiu o grande público, esta última individualiza cada vez mais o seu acesso. Ao mesmo tempo que admite que a comunicação está em constante mudança há um século, o autor (2000) aponta para um “pacto” feito com a técnica que parece obrigar a todos a entrarem em um ritmo trepidante, numa obrigação de se estar informado 24 horas por dia. No entanto, ao que tudo indica, é graças a esse “pacto” que a comunicação, via técnica, alcançou esse desenvolvimento.

Contrapondo os meios de comunicação de massa e a rede, o autor (2000) associa o ideal democrático aos primeiros, uma vez que, desde o século XVIII, a informação insere-se em um contexto que leva em conta o indivíduo e a democracia. Assim, em nome da igualdade e da liberdade, a informação deve divulgar a realidade, chamando o indivíduo à atuação. Já sobre a informação disponibilizada pela rede, Wolton (2000) identifica o reaparecimento da desigualdade, fenômeno que se deve tanto à segmentação dos conteúdos especializados, quanto à necessidade de se dispor para que se acesse muitas dessas informações. Sabe-se, entretanto, que cada vez mais o acesso a muitas dessas informações é gratuito.

Frente à concentração das atividades que antes eram possibilitadas por terminais diferentes (televisão, rádio, telefone, imprensa, etc.) apenas no computador, o autor (2000) comenta as diferenças existentes entre meios de comunicação de massa e a rede. Quanto aos meios de comunicação de massa, Wolton (2000) observa o vínculo que deve existir necessariamente entre emissor, mensagem e receptor. Desse modo, há a pressuposição de que cada meio de comunicação de massa esteja vinculado a uma comunidade de língua, de valores e de referências. Assim, torna-se necessária a reflexão sobre a demanda e o público ao qual se destina. Além disso, os meios de comunicação de massa promovem a relação entre a escala individual e a escala coletiva.

Já quanto à rede, esta se resume, em grande medida, a um sistema de transmissão e de acesso a um gigantesco número de informa-

ções. Por ter abrangência mundial e usuários com potencial de assim tê-lo e, ainda, por ser orientada por uma lógica da demanda, a rede deixa de ser caracterizada como meio de comunicação de massa. Enquanto identifica os meios de comunicação de massa com uma preocupação acerca da melhoria das relações interpessoais, Wolton (2000) liga a rede mais a um interesse de desenvolver a economia-mundo. Para o autor, uma demanda segmentada, cada vez mais, tem significado um número maior de consumidores, o que vem a contentar o mercado crescente dos produtos e serviços tecnológicos da comunicação.

Deve ficar claro, no entanto, que o ideal democrático está ligado ao desenvolvimento tanto dos meios de comunicação de massa quanto das novas tecnologias de informação. Prova disso é que os grandes grupos internacionais de comunicação abrangem os dois tipos de tecnologia. Além disso, a Internet não se resume a um banco de dados, como descreve Wolton até então. Ainda que não se trate de um meio de comunicação de massa, ela pode ser classificada com um meio de comunicação, na medida em que permite tanto o contato em escala individual, quanto entre grupos por área de interesse. A Internet também dispõe de conteúdos da mídia de massa, como se sabe. Muitas vezes, tem-se a impressão de que Wolton fala apenas da TV pública quando descreve atribuições aos meios de comunicação de massa. Afinal, nesses termos, o autor parece destituir esses meios de todas as restrições econômicas previstas. Aliás, a economia, em uma civilização da circulação, como nomeia Simmel, por meio da propriedade atribuída ao dinheiro de reduzir o qualitativo ao quantitativo, também se enquadra bem a esse ponto de vista.

Com essas críticas, não se quer descartar tais hipóteses de Wolton. Afinal, a relação das idéias desse autor com as questões condizentes ao conflito entre cultura objetiva e subjetiva, conforme Simmel, sugere, ao contrário, novas abordagens para esses pontos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme faz notar Rüdiger (2002), “Simmel não chegou a elaborar o conceito de cultura tecnológica, mas foi um dos primeiros a per-

ceber como o princípio da máquina começou a suplantá-lo projeto humanista e a se tornar um valor universal”(RÜDIGER, 2002, p.109). Pode-se dizer, ao fim deste trabalho, que em Simmel encontra-se uma importante grade de análise para o fenômeno comunicacional na contemporaneidade, visto que a compreensão do desenvolvimento tecnológico em muito aproxima-se das formulações teóricas relativas à sociedade e à modernidade atribuídas a esse pensador.

Além disso, ainda que não se tenha detido sobre o tema técnica, Simmel chega a abordá-la como uma forma social, portanto, motivadora de socialização entre os indivíduos. O pensamento sobre a comunicação, conforme Wolton, em nada parece contradizer essa questão. Através da análise do conceito de comunicação de Wolton, percebe-se que a técnica, mais do que fazer a mediação entre as dimensões normativas e funcionais, opera uma mistura entre elas.

Pensa-se que, a partir desses autores, possa-se inscrever a comunicação na esfera da cultura objetivada, já que cada vez mais a dimensão funcional parece suplantá-la normativa, elaborando os conflitos sociais da modernidade tardia. Assim, julga-se ter encontrado um enquadramento possível para o fenômeno comunicacional na contemporaneidade, o qual encaminha a possibilidade de verificação de desdobramentos dessa relação com a técnica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRISBY, David. **Fragmentos de la modernidad**. Teorías de la modernidad en la obra de Simmel, Krakauer y Benjamin. Madri: Visor, 1992.

RÜDIGER, Francisco. **Capítulos de arqueologia espiritual pós-moderna**. Sujeito e objeto na aurora da Cibercultura. Porto Alegre: E@, 2002.

SIMMEL, Georg. **Philosophie de l'argent**. Paris: PUF, 1977.

_____. **Sociologia, 1**. Estudios sobre las formas de socialización. Madrid: Alianza Editorial, 1977.

_____. **Philosophie de la modernité**. Paris: Payot, 1990.

_____. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Gilberto (org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WOLTON, D.; WIEVIORKA, M. **Terrorisme à la une**. Médias, terrorisme et démocratie. Paris: Gallimard, 1987.

_____. **Elogio do grande público**. Uma teoria crítica da televisão. Traduzido por José Rubens Siqueira. São Paulo: Ática, 1996. Tradução de: *Eloge du grand public. Une théorie critique de la télévision* (1990).

_____. **War game**. L'information et la guerre. Flammarion, 1991.

_____. **La dernière utopie**. Naissance de l'Europe démocratique. Paris: Flammarion, 1993.

_____. **Penser la communication**. Paris: Flammarion, 1997.

_____. **Internet, y después?** Una teoría crítica de los nuevos medios de comunicación. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.